

## Nota à Bancada do Progressistas na Câmara dos Deputados

Prezados Deputados e Deputadas do Progressistas,

Venho aqui transmitir a vocês o meu profundo sentimento de traição desse Governo atual. Não traição com o Progressistas. Mesmo porque o Progressistas não deve e nem pede fidelidade a este Governo do PT. Mas traição com o Brasil. Desde o início do ano o Progressistas tem contribuído para o sucesso do Brasil, seja no apoio a projetos de interesses nacionais, seja na defesa da população. Entendemos, nos esforçamos, discutimos e participamos dos grandes projetos de interesse do País. Especialmente na pauta econômica garantimos a aprovação da proposta desse Governo no novo Marco Fiscal, apesar da ausência do controle mais rígido do endividamento público. É importante lembrar o envolvimento do Progressistas nesse processo, seja pelo Relator em suas diversas reuniões com a equipe econômica, seja com pelo Presidente da Câmara, nos encontros com o Ministro da Fazenda e com o Presidente da República. Mais recentemente o Progressistas também se envolveu diretamente com a reforma tributária, novamente na figura do Relator e do Presidente da Câmara. O ponto em comum é que nenhuma das duas importantes medidas para o País não teriam sido aprovadas como foram sem o apoio do Progressistas!

Porém, esse Governo escolhe os caminhos mais tortuosos possíveis na administração fiscal do País. Tanto a Câmara quanto o Senado acreditaram na seriedade fiscal apresentada pelo Governo quando da tramitação do novo Marco Fiscal. Alertamos para os diversos riscos do modelo apresentado, tendo em vista sua base sedimentada na busca por novas receitas e não pelo conjunto de receitas e corte nas despesas. Mesmo assim, o novo guia fiscal do Brasil foi aprovado.

Pois bem, depois de apenas dois meses da promulgação da Lei do Marco Fiscal, o Presidente da República vem a público para desacreditá-lo. Sem sequer tratar do tema com o Congresso.

Esse mesmo marco foi aprovado com cláusula específica que passa a descriminalizar o descumprimento da meta fiscal, seja pelo Presidente ou por qualquer outro agente público. Porém, essa faculdade não se configura, em nenhuma hipótese num cheque em branco para que o Executivo descumpra a meta fiscal da forma como queira. Isso significa subverter a

disposição legal e não ter o mínimo de responsabilidade fiscal. Além de ser um péssimo exemplo para os Governantes locais.

Não é demais ressaltar que na proposta original do Governo não havia qualquer tipo de providência a ser tomada no descumprimento da meta fiscal, a redação foi aperfeiçoada e tornada mais crível e responsável no Parlamento.

Como se não bastasse somente o Presidente da República, o Ministro da Fazenda, que outrora criticava ferozmente o teto de gastos e se apresentava como o fiel da balança do ponto de vista fiscal, agora se esquivava de repetir o compromisso que fez durante a aprovação do Novo Marco Fiscal. Não cumprir a meta fiscal, que o próprio Governo propôs, além de desrespeitar as duas Casas Legislativas que discutiram e aprovaram o marco fiscal, é também colocar em dúvida a condução da política fiscal do País. Isso é muito grave!

Lembro que o estabelecimento da meta fiscal para 2024 está contida no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2024, que sequer foi apreciado no Congresso Nacional. Mesmo assim, o Executivo entende ser necessário a alteração da meta, porém, escolhe a imprensa para comunicar o tema ao Congresso? É isso mesmo? É esse tipo de tratamento que deve ser dado ao Congresso?

Como disse, prezados e prezadas, não posso deixar de compartilhar minha indignação e completa traição à população no discurso do Governo, quando necessita do apoio do Congresso, e quando “acha” que não precisa mais.

**Senador Ciro Nogueira**

**Presidente do Progressistas**